

As minhas mais respeitosas saudações

Queria começar por cumprimentar a mesa e todos os presentes

Reiterar os meus agradecimentos pelo convite formulado pelo Presidente da Plataforma para o Crescimento Sustentável, Dr. Jorge Moreira da Silva, pela atenção para com a organização que represento e pela simpatia da sua crença de poder ter algo de algum interesse a dizer.

Tendo podido verificar as credenciais das pessoas convidadas a participar neste ciclo de conferências sobre “Em que mundo vivemos”, alguns deles meus professores directos, e então dissiparam-se-me quaisquer eventuais veleidades ou pretensões de trazer algum contributo com alguma originalidade ou substância. Por isso, não faço nenhuma apresentação ilustrada e confesso a inquietude de poder no fim pretender que se esquecessem do que acabarem de ouvir.

Tenho contudo uma certeza e é a de ser esta uma reflexão necessária, actual e pertinente. O Mundo precisa de ideias, algumas das quais terão de ser inovadoras e o mundo lusófono deve ter algo a dizer, senão para tentar corrigir opções estratégicas do passado, não é disso que se trata, pelo menos evitar que a oportunidade histórica que representa possa voltar a ser desperdiçada. É que, se particularmente alertas para a situação de risco que muitas economias mundiais enfrentam, nomeadamente a portuguesa no contexto europeu, uma análise mais atenta deveria demonstrar por um lado, que o risco é bastante mais global e que as que se consideram fora desse contexto não estão necessariamente a beneficiar dela e mais, não se consolidando nesta altura em que a conjuntura deveria os ser favoráveis, muito proximamente poderão se descobrir numa situação bastante mais complexa e de vulnerabilidade.

Quero partir de duas lições do Professor Adriano Moreira para argumentar os pontos que se seguem: primeiro quando afirma que existem novas fronteiras globais – exemplificando com Portugal, dizia que a nova fronteira económica é a União Europeia, a fronteira cultural é a CPLP e a da segurança a NATO. Depois refere que é nas suas vocações regionais que interessam às organizações globais a que pertencem e vice-

versa. Ou seja, que é enquanto membro da União Europeia que Portugal é importante para os países da CPLP e vice-versa, é enquanto membros da SADC que Angola e Moçambique são importantes para a CPLP e vice-versa, etc.

Apesar desta extraordinária referência, que veio equilibrar um debate em que a corrente que evidenciava a contrariedade e disputa entre o projecto regional e as organizações multilaterais globais, a actual crise, pela sua dimensão e incidência, vem questionar se na verdade estarão os países e povos dando devida conta do mundo em que vivem. Mas aqui, as respostas que se esperam deviam ultrapassar a simples proclamação de vontades e verificar se estamos de facto enquadrando nas políticas dos nossos Estados, opções estratégicas que representem a nossa dimensão multilateral e assim, dela tirar o devido proveito.

Fala-se hoje mais desabridamente de cooperação económica e vê-se um maior fluxo de empresários em vários sentidos, entre os nossos vários Estados, mas, seja-me permitido só alguns elementos de verificação do pressuposto acima (à boa maneira da CPLP, por ordem alfabética):

Angola – inegável a sua pujança económica com justificadas pretensões de se assumir como potência regional. Contudo, a diversificação tarda a acontecer e não só se acentua a dependência ao petróleo e os riscos e a vulnerabilidade que a isso são associados, como dificulta a global participação dos pequenos e médios empresários. No domínio político não se pode ignorar que a relevância e viabilidade do projecto estão em parte dependentes do que acontecer com o vizinho Congo e do interesse cada vez mais aguçado da África do Sul para com o continente.

Brasil – orgulhosamente estabelecido entre as primeiras oito economias do mundo, joga hoje em todos os tabuleiros. Enquanto economia emergente na sociedade dos BRICS e globalmente na disponibilidade de fundos ao FMI para ajudar a salvar o Euro. Sem pretender questionar a validade dessa opção, se os factores são mercado e escala, temos que relativizar o que se pode conseguir perante a Índia com o seu 1,2 bilhão e a China com 1,3 bilhão além do peso específico relativo para o contexto global da Europa, mesmo que só a Europa do Euro.

Cabo-Verde – o melhor exemplo de governação por via da parceria estratégica com a União Europeia facilitada (ou talvez mesmo conseguida) por Portugal. Aqui a única questão seria de pensar se o que Portugal e Cabo-Verde conseguiram juntos não seria o desejável para o conjunto dos oito? É que hoje, o Euro treme e o país tem poucos senão nenhum instrumento para acautelar eventuais desequilíbrios.

Guiné-Bissau – caminhante solitário na integração monetária da UEMOA. Sem capacidade para valorizar o seu share monetário, sem opções para daí recuar e sem competência para explorar a CEDEAO. Sem ser suficientemente importante para atrair interesses dos grandes mas não tão pequeno para ser ignorado, sobretudo pela componente militar que vai representando ameaça para muitos. Angola finalmente decide assumir o desafio que talvez até responda ao interesse de sua afirmação como potência, mas é evidente a fragilidade do argumento político perante a CEDEAO que não acha graça de ser provado irrelevante. Ou seja, continua uma agenda.

Moçambique – talvez o mais pragmático, apesar de mais virado para outros quadrantes.

Portugal – injustamente catalogado de periférico na Europa e visto mais como fardo. Mas compreensivelmente, pois vai só e, se apresenta sem o potencial do enorme conhecimento que tem de mercados desconhecidos para a Europa. Enquanto Presidência da União Europeia promoveu a Cimeira Europa-África mas ficou-se pelo cumprimento da agenda e não terá ousado liderar a Europa nesse percurso que na altura, Louis Michel afirmara ser momento de virar a página do Congresso de Berlim estabelecendo novas bases de memória. Enquanto Presidência da CPLP o Presidente deu o mote e falou na língua Portuguesa não simplesmente como um marco da nossa nostalgia histórica comum, mas como um instrumento que define um espaço de oportunidade. O Instituto Camões seguiu e surpreende-se ou a muitos ao constatar que 17% do PIB do país estão relacionados com as Indústrias ligadas ou que beneficiam da língua. Mas chegou o abatimento e virou-se outra vez, teimosamente para o Norte como se só lá pudesse procurar-se o rumo.

São Tomé e Príncipe – membro da CEAC. A cerca de duas horas de grandes centros económicos de África, como o Gabão, Camarões e Guiné-Equatorial, para não falar de Angola e Nigéria, mas abandonada à sua sorte. Com todas as condições para ser um extraordinário Centro de Negócios e oferecer aos Empresários que visam o continente a estabilidade e a segurança de que necessitam.

Finalmente Timor Leste – potencialmente, com a maior reserva financeira per-capita no mundo, continua quase a implorar a sua adesão à ASEAN. Não será porque os países dessa zona económica não estabelecem nenhuma relação entre Timor e os demais países da CPLP, como o Brasil e companhia?. E, o que dizer da absoluta indiferença com que se acolheu o pronunciamento do Presidente da República ao afirmar disponibilidade para colocar os seus recursos financeiros ao serviço de Portugal.

Ou seja, não parece evidente que os nossos países e Estados estejam conseguindo incorporar nas suas políticas nacionais e na relação com os espaços regionais a que pertencem, a sua dimensão lusófona ou de CPLP para os que preferem. E é disso que se trata e não da noção errada muitas vezes propalada de que promover a CPLP significa delegar no Secretariado competências exclusivas da soberania nacional. A CPLP não tem nem nunca pode pretender a vocação de concorrer com os espaços regionais de integração de cada um dos estados membros, mas deve assumir sim, sem reservas, a necessidade de dispor de estratégias políticas combinadas que reforcem a participação desses Estados nos seus espaços e sirva tanto de uma janela de oportunidade para os próprios como para os restantes países. Ideias como a criação de agências de mitigação de riscos aos investimentos (a exemplo do MIGA para o Banco Mundial e o FAGACE na África Ocidental) e de Fundos de Investimento, através da transformação dos recursos primários em capital, são necessários e urgentes. Não basta criticar o exemplo da China na sua relação com África. É preciso provar que sabemos e podemos fazer mais e melhor, propondo e realizando alternativas válidas.

Parece seguro que com esta orientação conseguir-se-ia inverter a lógica de procura incessante de respostas financeiras a um problema já sobejamente identificado como essencialmente económico. Precisamos

dizer e assumir que, nos nossos mercados, os produtos económicos que tanto crescimento asseguraram aos Estados Unidos e à Europa (refiro-me às infra-estruturas e à imobiliária por exemplo) ainda não são produtos especulativos, são necessidades absolutas.

Apesar deste registo que pode parecer negativo, a verdade é que estamos bastante encorajados pela orientação do último conselho de Ministros da CPLP realizada em Luanda e que aprovou uma resolução no sentido de se procurar mecanismos concretos para favorecer o incremento das relações económicas entre os nossos Estados. Vamos então realizar em Fevereiro próximo, enquadrado na inauguração da nova sede da organização que Portugal acaba de pôr à disposição, um encontro de peritos seleccionados em cada um dos 8 Estados membros, que produzirão pistas de reflexão para um colóquio a que estamos convidando os Ex-Presidentes da República dos respectivos países, e para o qual antecipadamente convido a todos os presentes.

Grato pela atenção.